

LEI Nº 739/ 13.

DE 07 DE 11 DE 2013.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do Artigo 22, da Lei 4.320/64, de 17 de março de 1964 e dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Artigo 165 (C.F.), do Artigo 110, § 5º, 6º, 7º e 8º da Constituição Estadual e Artigo 5º da Lei complementar nº 101/00, de 04 de maio de 2000, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – O Orçamento do Município de Pirenópolis, Estado de Goiás, para a vigência de 2014 tem a Receita estimada em R\$ 59.458.579,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e nove reais) e a despesa em igual quantia.

Art. 2º – A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas, Transferências e outras receitas correntes e de capital e repasse de convênios, em conformidade com a Legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento.

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS

RECEITAS CORRENTES.....	
Receita Tributaria	4.962.579,00
Receita Patrimonial	310.000,00
Receita Industrial	10.000,00
Transferências Correntes	48.980.000,00
Outras Receitas Correntes	1.770.000,00
- Deduções da Receita para o FUNDEF	- 3.910.000,00
Total das Receitas Correntes	52.122.579,00
RECEITAS DE CAPITAL.....	
Alienação de Bens	100.000,00
Transferências de Capital	7.216.000,00
Total das Receitas de Capital	7.316.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA.....	R\$ 59.438.579,00

Art. 3º – A despesa será realizada segundo as discriminações contidas no Anexo do Detalhamento da Despesa – QDD, que representa a sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

01 – DESPESAS POR ÓRGÃOS DE GOVERNO

01 – PODER LEGISLATIVO	R\$ 1.998.000,00
03 – PODER EXECUTIVO	R\$ 31.195.829,00
04 – F U N D E B	R\$ 10.000.000,00
05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 8.624.000,00
06 – F M A S	R\$ 2.111.000,00
14 – FMDE-FUNDO MUN. DE. EDUCACAO	R\$ 5.509.750,00
TOTAL.....	R\$ 59.438.579,00

02 – DESPESA POR PODER

01 – PODER LEGISLATIVO	R\$ 1.998.000,00
02 – PODER EXECUTIVO	R\$ 57.440.570,00
TOTAL.....	R\$ 59.438.579,00

03 – DESPESA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA**01 – PODER LEGISLATIVO**

0101 – Câmara Municipal	1.998.000,00
-------------------------	--------------

02 – PODER EXECUTIVO

0320 – Gabinete do Prefeito	544.500,00
0336 – Sec. Municipal de Assuntos Especiais de Governo	794.500,00
0337 – Secretaria Municipal de Controle Interno	132.000,00
0338 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	6.163.000,00
0339 – Secretaria Municipal de Relações Institucionais	198.000,00
0340 – Sec. Municipal de Cultura, Esporte e Juventude	2.153.079,00
0341 – Sec. Mun. Turismo, Planej. Urbano e Des. Sustentável	16.025.000,00
0342 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente	3.985.000,00
0350 – Reserva de Contingência	1.200.000,00
0408 – Fundeb – Fundo Municipal de Educação	10.000.000,00
0506 – FMS – Fundo Municipal de Saúde	8.624.750,00
0602 – FMAS- Fundo Mun. de Assistência Social	2.111.000,00
1401 – FMDE- Fundo Mun. de Des. da Educação	5.509.750,00
TOTAL GERAL	59.438.579,00

04 – DESPESA POR FUNÇÃO

01 – LEGISLATIVA	2.398.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	4.418.000,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	300.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.111.000,00
10 – SAÚDE	8.624.750,00
12 – EDUCAÇÃO	15.509.750,00
13 – CULTURA	1.706.000,00
15 – URBANISMO	9.195.000,00
16 – HABITAÇÃO	1.128.000,00
17 – SANEAMENTO	1.000.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	3.977.000,00
20 – AGRICULTURA	436.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.034.000,00
25 – ENERGIA	1.125.000,00
26 – TRANSPORTES	1.715.000,00
27 – ESPORTE E LAZER	447.079,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	3.114.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.200.000,00
T O T A L.....	59.438.579,00

Art. 4º – O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, observando os Artigos. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000, mediante os recursos definidos no Artigo 43, Parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 4.320/64 e da Reserva de Contingência conforme estabelecido no Artigo 5º, Inciso III, alínea “b” da citada Lei complementar nº 101/2000.

Art. 5º – Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, com base no parágrafo único do Artigo 8º e o Artigo 50 da Lei Complementar 101/2000, autorizado a compatibilizar a execução orçamentária da receita prevista e despesa fixada para o exercício de 2014, instituindo, adequando e readequando as fontes de recursos até os níveis exigidos pelos órgãos de controle externo da Administração Pública Municipal, no âmbito da Administração Direta, Administração Indireta e Fundos, visando o melhor aproveitamento dos recursos e suas aplicações.

Art. 6º – O Poder Executivo poderá fazer a transposição de uma dotação para outra, para pagamentos de pessoal, sempre que houver a movimentação ou transferência de servidores de um órgão para outro, na forma do Parágrafo Único do Artigo 66, da Lei 4.320/64.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrario.

Art. 8º – A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS,
aos sete dias do mês de novembro de dois mil e treze. 07/ 11/ 2013.

NIVALDO ANTÔNIO DE MELO
Prefeito Municipal

WILLIAM DE ASSUNÇÃO
Secretário de Assuntos Especiais de Governo